



**Câmara Municipal de Conceição de  
Macabu - RJ - Conceição de Macabu -  
RJ**

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000175

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO** - Autenticação: 12025/08/04000175

<b>Número / Ano</b>	000175/2025	
<b>Data / Horário</b>	04/08/2025 - 15:18:04	
<b>Ementa</b>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de contas trimestral, pela Secretaria Municipal de Agricultura, referente aos atendimentos com maquinário agrícola, com assinaturas dos beneficiários.	
<b>Autor</b>	Nathália Braga	
<b>Natureza</b>	Legislativo	
<b>Tipo Matéria</b>	Projeto de Lei Ordinária	
<b>Número Páginas</b>	2	
<b>Número da Matéria</b>	29	
<b>Emitido por</b>	FellipeStael	

C M C M  
Secretaria  
Processo nº 12025/08/04000175  
Rubrica  Fls 02



APROVADO POR UNANIMIDADE

~~PRESIDENTE~~

~~NULO~~

LIDO

6.8.25

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

**PROJETO DE LEI N.º 29/2025**

35 SIM x 7 NÃO

REJEITADO.

*[Assinatura]*

*“Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de contas trimestral, pela Secretaria Municipal de Agricultura, referente aos atendimentos com maquinário agrícola, com assinaturas dos beneficiários.”*

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, no uso de suas atribuições legais DELIBERA:

Atr. 1º Fica a Secretaria Municipal de Agricultura obrigada a apresentar, trimestralmente, relatório detalhado de prestação de contas dos atendimentos realizados com maquinários públicos, contendo:

- I – Nome completo do agricultor ou produtor beneficiado;
- II – Data e local da prestação do serviço;
- III – Tipo de serviço executado (ex: aragem, gradagem, plantio, colheita etc.);
- IV – Assinatura do beneficiário, confirmando o recebimento do serviço;
- V – Identificação do servidor responsável pela execução ou acompanhamento.

Art. 2º O relatório deverá ser protocolado junto à Câmara Municipal de Vereadores, até o 10º dia útil após o encerramento de cada trimestre, para fins de transparência, controle social e fiscalização.

Art. 3º A Secretaria poderá utilizar meios digitais ou físicos para o registro das assinaturas dos beneficiários, desde que preservada a veracidade e autenticidade das informações.

Art. 4º O descumprimento desta Lei poderá ensejar a apuração de responsabilidade administrativa, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e demais legislações aplicáveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição de Macabu/RJ, 04/08/2025.

*[Assinatura]*  
Nathália Silveira Braga  
Vereadora

C.M.C.M.  
Secretaria  
Processo nº 176/25  
Rubrica *[Assinatura]* Fls. 03

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☛ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro - Conceição de Macabu/RJ - CEP: 28740-000

✉ camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>




ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

RECEBIDO  
CÂMARA

### Justificativa

O presente projeto visa garantir a transparência e o uso responsável dos recursos públicos disponibilizados aos produtores rurais. A assinatura dos beneficiários fortalece a legitimidade dos atendimentos prestados e inibe práticas de favorecimento ou desvio. Trata-se de uma medida constitucional, em respeito ao princípio da publicidade (Art. 37 da CF) e à boa administração pública.

C.M.C.M.  
Secretaria  
Processo nº 13528  
Rubrica  Fls 07

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

📍 Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro - Conceição de Macabu/RJ - CEP: 28740-000  
✉ camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br 📞 (22) 2779-2047 🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

7 SIM x 3 NÃO  
APROVADO

## DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR)

**REFERÊNCIA:** PLO 29/2025 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de contas trimestral, pela Secretaria Municipal de Agricultura, referente aos atendimentos com maquinário agrícola, com assinaturas dos beneficiários.

### PARECER

A proposição em referência foi encaminhada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto pelo título II, capítulo III, seções III e IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

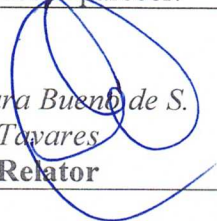
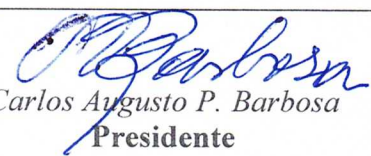

Constatou-se que o Projeto de Lei em questão, ao impor à Secretaria Municipal de Agricultura (SIC) a obrigação de apresentar relatórios trimestrais detalhados, cria uma atribuição para órgão do Poder Executivo. Nos termos do entendimento consolidado pelo **Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 917**, é vedado ao Legislativo municipal legislar sobre matérias que envolvam a criação de atribuições para órgãos do Executivo, quando tais atribuições forem de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Prova de aplicação do entendimento acima encontra-se na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 0019862-54.2020.8.19.0000, na qual o Órgão Especial do Tribunal de Justiça fluminense declarou a inconstitucionalidade da Lei carioca 6.095/2016<sup>1</sup>, nas palavras da relatora Des. Odete Knaack de Souza:

“[...] a lei em análise, cujo projeto teve iniciativa parlamentar, estabelece obrigações ao Poder Executivo, através da Vigilância Sanitária municipal, como se vê nos artigos 3º ao 6º<sup>2</sup>. **Ocorre que, conforme exposto no artigo 145, VI, “a”, da Constituição Estadual, aplicado por simetria aos Municípios, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo municipal interferir na organização administrativa de órgãos municipais e entes vinculados à administração pública.**”

Portanto, constata-se que, na matéria em referência, há usurpação da competência privativa do Chefe do Poder Executivo, indo de encontro ao princípio da separação dos poderes.

É o nosso parecer.

 Tayguara Bueno de S. Tavares Relator	 Carlos Augusto P. Barbosa Presidente	 Raphael da S. C. Barbosa Membro
---	---	---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://e.camara.rj.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L60952016.html?identificador=35003700340032003A004C00>

<sup>2</sup> Transcrevemos: **Art. 3º** A Vigilância Sanitária instituirá cursos e seminários para a qualificação dos manipuladores dos alimentos e das demais pessoas envolvidas com a sua comercialização. **Art. 4º** Caberá à Vigilância Sanitária criar manual de boas práticas descrevendo e orientando os procedimentos a serem adotados nos equipamentos que vendem comida de rua. **Art. 5º** Serão definidos pela Vigilância Sanitária os critérios necessários para a qualificação do Selo de Qualidade de Alimentos e de Atendimento na comercialização de comida de rua, que será outorgado após análise criteriosa feita por equipe ou comissão criada com esse objetivo. **Art. 6º** A análise e outorga do selo poderá ser feita através de atividade conjunta de diferentes Secretarias nas avaliações: I - das condições de higiene; II - da qualidade; III - da apresentação e sabor.

CMCM  
Secretaria  
Processo nº 175/25  
Rubrica 157 Fls 05